

Relatório Anual 2021

Relatório Anual 2021



Sumário

Mensagem da presidente	7
Apresentação	8
Projeto 1	13
Agenda de Advocacy 21-22 para consolidação do Marco Regulatório	
Projeto 2	20
Incremento dos padrões de Compliance e Governança	
Projeto 3	22
Qualificação de Mecanismos Financeiros	
Projeto 4	25
Fortalecimento do Conselho Técnico	
Projeto 5	29
+ Comunicação	
Projeto 6	36
Suporte em inteligência de dados & conhecimento	
Projeto 7	38
Fortalecimento institucional	
Projeto 8	40
Novas receitas	
Governança e equipe	42
Associados	47
Perspectivas para 2022	49

Mensagem da presidente



Caros associados e associadas,

É com grande satisfação que publicamos o Relatório Anual da ABCON SINDCON do ano de 2021.

Nesse ano, o primeiro integralmente transcorrido sob a égide das diretrizes estabelecidas pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico, o setor, as concessionárias privadas e a população, conquistaram uma importante evolução: a abertura de mercado para livre competição, em um ambiente regulatório que evolui com maior segurança jurídica e em busca da universalização dos serviços de água e esgotamento sanitário no país.

As concessionárias privadas reunidas na ABCON SINDCON, em 18 meses da aprovação da Lei 14.026/20, passaram de 15% para mais de 22% da população brasileira atendida, com investimento comprometidos da ordem 74,7 bilhões incluindo outorgas.

Para os próximos anos, esta participação tende a se tornar ainda mais significativa, ampliando nossa responsabilidade e nos impulsionando, enquanto associação, a fortalecer nosso papel como indutores do desenvolvimento do saneamento básico no Brasil. Ainda acompanhando de perto as etapas de implementação da lei e o amadurecimento regulatório no decorrer dos próximos anos, cientes dos benefícios

econômicos, sociais e ambientais extremamente relevantes ao nosso país.

Ao longo das páginas desse relatório será possível vislumbrar o caminho seguro que estamos pavimentando em direção à universalização do saneamento no Brasil. Caminho esse que está pautado em transparência, respeito às regras de governança e compliance e no compromisso com a gestão baseada nos princípios do ASG (ambiental, social e de governança), temas que vêm atraído atenção de investidores e assegurarão o ingresso dos significativos investimentos necessários para que todos os brasileiros tenham acesso aos serviços de saneamento.

Com a certeza de que 2022 será um ano de novas conquistas e continuação desta evolução setorial, agradecemos a todos pela confiança e apoio, desejando uma ótima leitura.

Teresa Vernaglia

Presidente do Conselho de Administração da ABCON SINDCON

Apresentação

O Ano de 2021 foi marcado como o consolidador do novo marco legal do saneamento. A manutenção dos vetos pelo Congresso Nacional e o reconhecimento de sua constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal referendaram as mudanças que a ABCON SINDCON tem defendido nos últimos anos.

Como resultado, tivemos, desde 2020, uma série de leilões bem-sucedidos que impactaram significativamente na expansão da operação privada no setor.

São mais de R\$ 45 bilhões que serão investidos no setor com metas contratuais de universalização dos serviços.

Grandes leilões realizados desde a aprovação do novo marco

Fonte: Elaboração ABCON SINDCON com base nos dados do BNDES e Secretarias de Estado.

Leilão	Data	Investimentos (R\$ bilhões)	População (milhões)	Prazo (anos)	Municípios	Outorga (R\$ bilhões)
Alagoas (Bloco A)	30/09/2020	2,6	1,5	35	13	2,0
Cariacica e Viana/ES*	20/10/2020	1,3	0,4	30	1	-
Mato Grosso do Sul*	23/10/2020	3,8	1,7	30	68	-
Rio de Janeiro (Blocos 1, 2 e 4)	30/04/2021	27,0	11,0	35	29	22,7
Amapá	02/09/2021	3,0	0,7	35	16	0,9
Alagoas (Blocos B e C)	13/12/2021	2,9	1,3	35	61	1,6
Rio de Janeiro (Bloco 3)	29/12/2021	4,7	2,7	35	20	2,2
Total		45,3	19,4	-	208	29,4

As mudanças do novo marco ancoradas no processo licitatório e segurança jurídica impactaram diretamente no aumento da participação privada, mesmo em um contexto de pandemia.

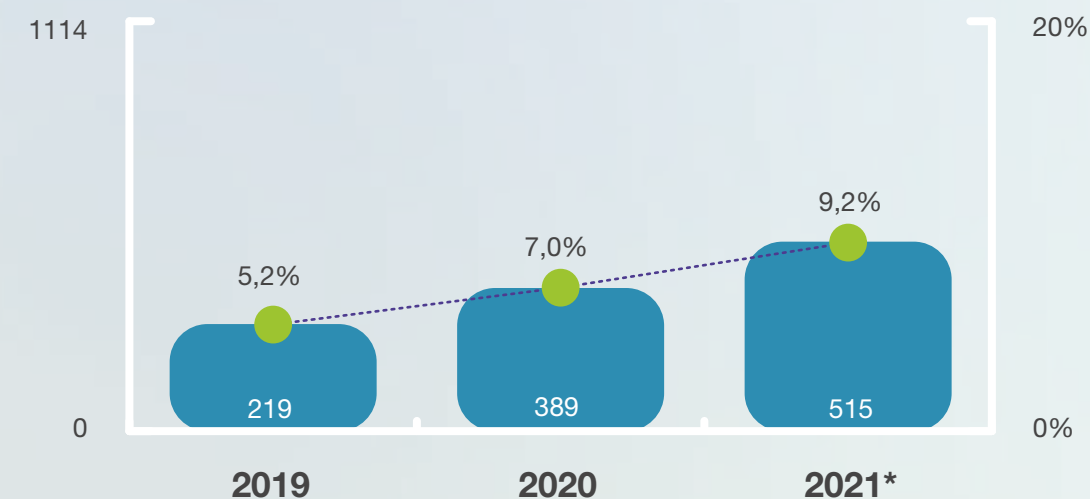
Evolução da participação privada

Fonte: Elaboração ABCON SINDCON com base nos dados do SNIS e SPRIS.

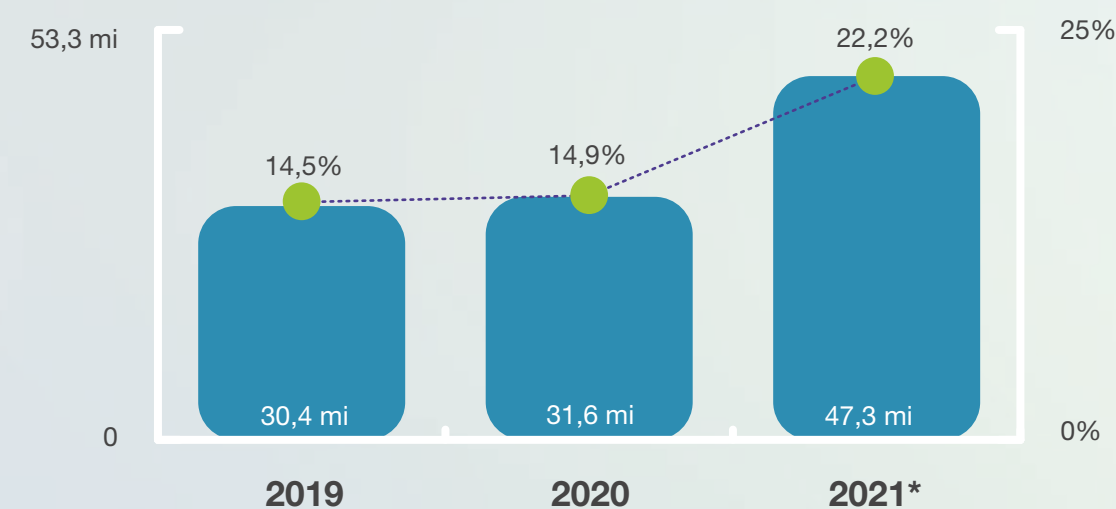
* Estimativa ABCON SINDCON, sujeita a alterações.

Obs.: O percentual se refere a participação do total, e não em relação a evolução do número de municípios ou habitantes atendidos.

Municípios com atendimento privado (água e/ou esgoto)



População atendida pelos operadores privados (água e/ou esgoto)



As novas tendências do setor exigem de nós o desenvolvimento de capacidades para acompanhar as mudanças no mercado e atender de forma eficiente e com qualidade nossos associados.

Em 5 de março de 2021, o Plano Estratégico ABCON SINDCON 2021-2024 foi aprovado pelo Conselho de Admi-

nistração e, em 23 de março de 2021, pela Assembleia Geral.

O Plano Estratégico define as diretrizes e orientações para balizar o esforço da associação nessa direção, com visão de longo prazo e indicação de resultados concretos a serem gerados nos próximos anos.

Plano Estratégico ABCON SINDCON 2021- 2024

Nosso propósito

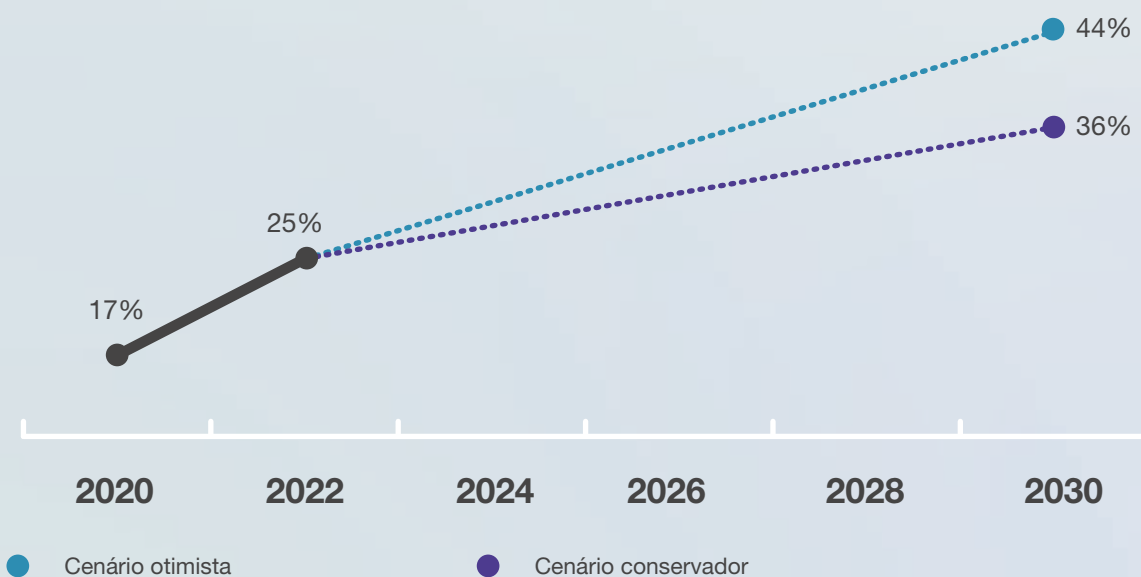
Viabilizar as condições para que o setor privado seja protagonista na universalização do saneamento básico no Brasil

Valores que geramos

- Valorização do capital privado no setor
- Fortalecimento e coesão da representação empresarial
- Conhecimento qualificado, credibilidade e transparência
- Ampliação das oportunidades de mercado

Meta Mobilizadora

+40% da população brasileira atendida por operadores privados até 2030



Obs.: O cenário otimista corresponde ao Cenário 2 e o cenário conservador, ao 3, do documento final do Planejamento Estratégico da entidade.

Como atuaremos

Olhar global sobre o setor

Nível Nacional: liderança proativa e sistemática

Níveis subnacionais: suporte online e sob demanda

Onde estaremos em 2030

Daremos um salto na participação do segmento privado no setor, com a inovação e a qualidade operacional como marcas do seu diferencial

Quais passos daremos em 2021- 2024

Objetivos estratégicos	Estratégias
1. Qualificar o mercado <i>Construir as condições que permitam ampliar e qualificar a participação do segmento privado no mercado de saneamento, à luz das melhores práticas de compliance</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Intensificar atuação junto ao Congresso Nacional e Poder Executivo Federal para efetivar a implementação integral do Marco Regulatório do Saneamento 2. Posicionar-se como parceiro técnico da ANA e da ABAR, apoiando e impulsionando a formatação das normas e diretrizes de organização para o setor 3. Incentivar a adoção gradual pelo setor das melhores práticas de governança e compliance do mercado 4. Estreitar o diálogo com o mercado de elaboração de projetos, em caráter institucional e via parcerias, para ampliar e embasar tecnicamente a oferta de concessões 5. Fortalecer o relacionamento com o poder concedente, via entidades de representação, para incluir o saneamento na pauta de políticas públicas 6. Aprofundar a aproximação com órgãos de controle em nível federal, buscando embasar a atuação fiscalizatória, além de instrumentalizar os procedimentos de controle
2. Mobilizar recursos <i>Apoiar a estruturação de mecanismos financeiros e legislações adequados ao setor e fomentar a atração de mão de obra</i>	<ol style="list-style-type: none"> 7. Qualificar os mecanismos de financiamento, com vistas ao capital nacional e internacional, em especial aquele pautado nos princípios ESG, e desenvolver propostas legislativas que beneficiem o setor 8. Mapear, desenvolver e qualificar cadeias críticas de fornecimento 9. Aportar inteligência estratégica em provimento de mão de obra para o setor
3. Impulsionar a qualidade do serviço <i>Incentivar a absorção de tecnologia de ponta na cadeia e contribuir para a superação de desafios operacionais críticos</i>	<ol style="list-style-type: none"> 10. Fortalecer a atuação do Conselho Técnico como fórum de troca de conhecimentos, busca por soluções em temáticas transversais e aproximação com o ecossistema de inovação 11. Acompanhar a formulação de resoluções e normativos que balizem a operação de saneamento 12. Promover a difusão da cultura de atendimento, fomentando a visão do cliente como centro da operação 13. Disseminar informações sobre tendências tecnológicas setoriais
4. Reforçar a imagem setorial <i>Promover a imagem de credibilidade do segmento privado em saneamento</i>	<ol style="list-style-type: none"> 14. Promover a narrativa econômica e socioambiental do segmento 15. Gerar conhecimento sistematizado sobre a atuação do segmento privado em saneamento no Brasil 16. Consolidar o entendimento do saneamento como eixo estruturante da pauta do desenvolvimento socioambiental (ESG)
5. Fortalecer a governança associativa <i>Estabelecer as premissas estratégicas de atuação da Associação</i>	<ol style="list-style-type: none"> 17. Equilibrar a representatividade dos associados de todos os portes 18. Fortalecer a política de Governança Corporativa da ABCON SINDCON 19. Refletir sobre o perfil de associado desejado pela Associação, considerando a futura configuração do setor de saneamento 20. Estruturar a organização administrativa e funcional da Associação 21. Realizar um trabalho de branding e fortalecer o posicionamento de marca da Associação
6. Ampliar as capacidades internas <i>Desenvolver as capacidades institucionais da Associação</i>	<ol style="list-style-type: none"> 22. Sistematizar e institucionalizar processos críticos da ABCON SINDCON 23. Definir alternativas de geração de receitas acessórias para a Associação 24. Fortalecer o capital humano da Associação, consolidando um núcleo de inteligência perene 25. Alavancar o patamar tecnológico da Associação

Legenda: Estratégias prioritárias

Este Relatório de Atividades é o **primeiro** a ser elaborado **de acordo com as ações consideradas prioritárias pelo Plano Estratégico da associação**.

A apresentação de resultados a seguir contempla todos os marcos críticos estabelecidos pelo Plano, com as respectivas ações que foram desenvolvidas para atender essas demandas, tornando o material mais assertivo.

Com base nos Objetivos e Estratégias, foram estruturados os 8 projetos com os principais resultados descritos a seguir:

- **Projeto 1** - Agenda de Advocacy 21-22 para consolidação do Marco Regulatório
- **Projeto 2** - Incremento dos padrões de Compliance e Governança
- **Projeto 3** - Qualificação de Mecanismos Financeiros
- **Projeto 4** - Fortalecimento do Conselho Técnico
- **Projeto 5** - + Comunicação
- **Projeto 6** - Suporte em inteligência de dados & conhecimento
- **Projeto 7** - Fortalecimento institucional
- **Projeto 8** - Novas Receitas

Projeto 1

Agenda de Advocacy 21-22 para consolidação do Marco Regulatório

R1. Lançar a Agenda Legislativa dos Operadores Privados de Saneamento

A Agenda Legislativa dos Operadores Privados de Saneamento para o ano de 2021 foi lançada no dia 18.05, em evento no Congresso Nacional, com a participação do ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, e também do secretário nacional de saneamento, Pedro Maranhão, além dos parlamentares Evair Vieira de Melo (presidente da Frencomex); Enrico Misasi (Frente Parlamentar Mista em Defesa do Saneamento); Ricardo Barros (líder do governo na Câmara); e o deputado Felipe Rigoni.

A Agenda Legislativa dos Operadores Privados de Saneamento traz os principais projetos em tramitação no Congresso que têm relação direta com o setor. Cada projeto é acompanhado por uma análise da ABCON SINDCON.

Foram impressas e distribuídas 600 edições da Agenda Legislativa. Pelo site da ABCON SINDCON, 64 pessoas fizeram o download da publicação. O evento de lançamento, transmitido pelo canal da ABCON SINDCON no YouTube, foi acompanhado por 82 pessoas.

[Acesse a publicação por esse link!](#)





1



2



3



4



5

Fotos

1. Pedro Maranhão, secretário nacional de saneamento, e Percy Soares Neto, diretor executivo da ABCON SINDCON. 2. Deputado Federal Ricardo Barros. 3. Deputados Federais Ricardo Barros e Evair Vieira de Melo (presidente da Frencomex). 4. Deputado Federal Enrico Misasi (Frente Parlamentar Mista em Defesa do Saneamento). 5. Da esquerda para a direita: Roberto Muniz, diretor de relações institucionais da GS Inima Brasil; Deputado Federal Felipe Rigoni; Deputado Federal Enrico Misasi; Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho; Deputado Federal Evair Vieira de Melo; Percy Soares Neto; e Pedro Maranhão.

R2. Formalizar contribuição, junto à ANA, para 100% das Normas de Referência para o setor de água e esgoto

Com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento das diretrizes regulatórias do setor, a ABCON SINDCON formalizou contribuições, através de consultas ou audiências públicas, e realizou reuniões com diretores e técnicos da ANA a respeito das seguintes normas de referência:

- Indicadores e padrões de qualidade, eficiência e eficácia na prestação, manutenção e operação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;
- Padronização dos aditivos aos contratos de programa e de concessão para prestação de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário para incorporação das metas previstas no art. 11-B da Lei 11.445/2007;
- Metodologia de cálculo de indenizações de ativos para os segmentos de água e esgoto; e
- Norma de Procedimentos Gerais para o Monitoramento da adoção das Normas de Referência (NR) para o Saneamento Básico.

Além do mínimo dos contratos e equilíbrio econômico-financeiro, elaborado pelo escritório Justen, Pereira Oliveira & Talamini Advogados em conjunto com o Comitê Jurídico da ABCON SINDCON. O estudo também foi apresentado à Associação Brasileira das Agências Reguladoras - ABAR em 10.12.

Até dezembro de 2021, foram aprovadas duas normas para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico:

- a Norma de Referência nº 1/2021, que dispõe sobre o regime, a estrutura e parâmetros da cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos, bem como os procedimentos e prazos de fixação, reajuste e revisões tarifárias;
- a Norma de Referência nº 2/2021, que dispõe sobre a padronização dos aditivos aos Contratos de Programa e de Concessão, para prestação de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, para incorporação das metas previstas no art. 11-B da Lei 11.445/2007.

Ademais, foi apresentado e entregue à ANA, em 05.11, estudo sobre conte-

R3. Elaborar 100% de subsídios técnicos que deem fundamento aos posicionamentos dos Projetos de Lei da Agenda Legislativa e demais PLs com alto impacto e encaminhá-las aos parlamentares relatores

Ao longo de 2021, foram elaboradas Notas Técnicas sobre diversos Projetos de Lei constantes da Agenda Legislativa e demais projetos com alto impacto no setor, bem como foram realizadas reuniões com parlamentares e suas respectivas assessorias. Dentre as mais de 12 notas elaboradas, apresentamos os seguintes Projetos de Lei:

- Projeto de Lei 1.905/2019, que altera as Leis nº 8.631, de 4 de março de 1993, nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a vedação à cobrança de tarifas mínimas pela prestação dos serviços públicos de fornecimento de água e esgoto, energia elétrica e telecomunicações;
- Projeto de Lei 4.541/2020, que dispõe sobre o controle da concentração de estrogênio nos efluentes das estações de tratamento de esgoto e na água de abastecimento público;
- Projeto de Lei 659/2020, que dispõe sobre a proibição, durante a vigência de estado de calamidade, de aumento de tarifa e de interrupção, decorrente de inadimplemento do usuário, da prestação de serviços públicos de energia elétrica e saneamento básico a pessoa de baixa renda;
- PEC 06/2021, que inclui, na Constituição Federal, o acesso à água potável entre os direitos e garantias fundamentais;

- Projeto de Lei 1.414/2021, que dispõe sobre a prorrogação de prazos da Lei 14.026/2020.

Como principais resultados alcançados em 2021, destacamos os seguintes:

- Aprovação do Projeto de Lei 2.646/2020 (Debêntures de Infraestrutura) na Câmara dos Deputados;
- Aprovação do Projeto de Lei 3.729/2004 (Licenciamento Ambiental) na Câmara dos Deputados;
- Aprovação da Medida Provisória 1052/2021 (Fundo de Estruturação de Projetos) na Câmara dos Deputados;
- Retirada do Projeto de Lei 7.239/2010 (Interrupção de prestação de serviço por inadimplemento) da pauta de discussão da CCJC;
- Retirada do Projeto de Lei 10.108/2018 (abastecimento de água por fontes alternativas) da pauta de discussão da CDU.

Por fim, importante citar que em junho de 2021 **foi implementada a reunião semanal de monitoramento legislativo, com o objetivo de aproximar as associadas do processo de tomada de decisões estratégicas sobre Projetos de Lei no Congresso Nacional.**

R4. Atuar na elaboração e publicação de 100% Decretos do Executivo Federal relacionados à regulamentação do novo marco legal do setor

Com vistas à consolidação do novo marco legal do setor, a ABCON SINDCON apresentou contribuições ao Ministério da Economia para a elaboração do Decreto 10.710/2021, que dispõe sobre a comprovação da capacidade econômico-financeira. Ademais, tendo em vista a necessidade de aprimoramento do Decreto, foi enviada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) minuta de instrução normativa para esclarecimentos de pontos relevantes.

A ABCON SINDCON também colaborou com a elaboração da Cartilha da

ABAR com orientações aos reguladores para o cumprimento do Decreto 10.710/2021, publicada em 25.11, bem como realizou diálogos técnicos com o IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil) para a elaboração de procedimentos mínimos que devem ser efetuados pelos auditores independentes para atendimento dos requisitos exigidos pelo Decreto 10.710/2021.

Por fim, foram apresentadas ao MDR contribuições para a revisão do Decreto 7.217/2010. As contribuições ainda estão sob análise do ministério.

R5. Atuar como *amicus curiae* em 100% das iniciativas que contestem os modelos de prestação de serviço preconizados pelo novo marco

Ao longo de 2021, foram ajuizadas quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal questionando a Lei 14.026/2021, o novo marco legal do saneamento básico, todas relatadas pelo Ministro Luiz Fux, sendo elas:

- ADI 6492, ajuizada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT);
- ADI 6536, ajuizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Socialismo e Liberdade (Psol), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido dos Trabalhadores (PT);

- ADI 6583, ajuizada pela Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assesmae); e
- ADI 6882, ajuizada pela Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe).

A ABCON SINDCON requereu ingresso como *amicus curiae* nas ADIs 6536 e 6882, o que foi deferido pelo ministro relator e o julgamento foi iniciado no dia 24.11.

Em 02.12 foi proferida decisão, por sete votos a três, em que o STF julgou improcedentes os questionamentos formulados pelas referidas ADIs, declarando a constitucionalidade do novo marco do setor. Dessa forma, **ficaram mantidas as diretrizes estabelecidas pela lei, garantindo a segurança jurídica necessária para os investimentos.**

Para além das ações em face da Lei 14.026/2020, a ABCON SINDCON também ingressou nos autos dos seguintes processos para defesa dos interesses das associadas:

- Entrega de memorial e realização de despacho com o desembargador convocado Manoel de Oliveira Erhardt, relator dos Recursos Especiais nos 1.937.887/RJ e 1.937.891/RJ no Superior Tribunal de Justiça, com o objetivo de afetação dos recursos para o julgamento no Tema 414 do mesmo Tribunal e da tese de cobrança híbrida adotada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; em 16/11/2021, por unanimidade, a 1ª Seção do Tribunal decidiu pela afetação dos recursos ao rito dos recursos repetitivos para delimitar a seguinte questão de direito controvertida: “Estabelecer a forma de cálculo da tarifa progressiva dos serviços de fornecimento de água e de esgoto sanitário em unidades compostas por várias economias e hidrômetro único, após a aferição do consumo, definindo-se a legalidade do critério híbrido, com a revisão do entendimento manifestado no tema 414/STJ”; ainda, foi determinada a suspensão dos recursos especiais ou agravos em recursos especiais em segunda instância e/ou no STJ cujos objetos coincidam com o da matéria afetada;
- Ajuizamento da ADI 6411, perante o Supremo Tribunal Federal, em face das expressões “água” e “esgoto”, constantes do ar-

tigo 1º e do caput do art. 2º da Lei estadual nº 17.933/2020, do estado de Santa Catarina, e proceda à interpretação conforme à Constituição, sem redução de texto, do Parágrafo Único do artigo 2º da mesma Lei estadual nº 17.933/2020. A ação está sob relatoria do ministro Nunes Marques e aguarda julgamento;

- Ingresso como *amicus curiae* na ADI 0057848-08.2021.8.19.0000, em trâmite perante o Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro, em do art. 11 da Lei Estadual 9.164/2020, que veda o conceito de consumo mínimo da água para qualquer tipo de estabelecimento; a ação encontra-se pendente de julgamento;
- Ingresso como *amicus curiae* no IRDR 0061204-79.2019.8.19.0000, em trâmite perante o Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro, que trata da existência de julgados conflitantes nas diversas ações de obrigação de fazer cumuladas com ações indenizatórias propostas por moradores da localidade do Canal do Anil; o incidente encontra-se pendente de julgamento;
- Ajuizamento de ADI em face da Lei Municipal 4.310/20, de Mirassol/SP, que versa sobre a individualização de hidrômetros; a ação encontra-se pendente de julgamento.
- Ingresso como *amicus curiae* na ADPF 863 em face das Resoluções AM nº 05/2019 e nº 01/2020 e das pelas Resoluções CD nº 04/2019 e nº 01/2020, editadas pelos órgãos deliberativos do Sistema Gestor Municipal da Região Metropolitana de Maceió; do Convênio de Cooperação firmado entre o estado de Alagoas e a Região Metropolitana de Maceió (itens 1.1, “i”, 6.1, “h” e 10.3) e do Contrato de Concessão firmado entre o estado de Alagoas e a BRK Ambiental. A ação está sob relatoria do ministro Edson Facchin;

- Ingresso como *amicus curiae* na ADI 6911, em face do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 50/2019, que institui o Sistema Gestor da Região Metropolitana do município de Maceió. A ação está sob relatoria do ministro Edson Facchin;
- Ingresso como *amicus curiae* na ADI 6573, em face do art. 4º, inciso IV, alíneas ‘a’ e ‘b’, e dos arts. 5º a 16, todos da Lei Complementar Estadual de Alagoas nº 50, de 15 de outubro de 2019 que, em breve síntese, dispõe sobre o sistema gestor metropolitano da região metropolitana de Maceió. A ação está sob relatoria do ministro Edson Facchin;
- Em 01.10, foi iniciado o julgamento conjunto das ADIs 6911 e 6573 e da ADPF 863. O ministro relator Edson Facchin proferiu decisão para declarar a inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade dos arts. 8º e 14 da Lei Complementar 50/2019, do estado de Alagoas, mantendo sua vigência excepcional pelo prazo de 24 meses, durante os quais o legislador estadual deverá reapreciar o desenho institucional da Região Metropolitana de Maceió; no mesmo sentido, a decisão foi

pela procedência da ADPF 863; o julgamento encontra-se suspenso por requisição de vistas pelo ministro Gilmar Mendes.

A ABCON SINDCON atuou para a defesa da constitucionalidade da transferência de concessão, prevista no art. 27, caput e §1º, da Lei 8.987/1995 (Lei de Concessões), impugnado na ADI 2946. Nesse sentido, foi enviado Ofício ao ministro Gilmar Mendes e realizado despacho à chefia do Gabinete.

Por fim, vale mencionar que, em 17.12, o ministro Roberto Barroso indeferiu medida cautelar no âmbito do Mandado de Segurança 38226, impetrado pela Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe) em face de dispositivos do Decreto 10.710/2021, que dispõe sobre a comprovação da capacidade econômico-financeira. Dessa forma, resta mantido o prazo de 31 de dezembro de 2021 para que os prestadores de serviços apresentem requerimento de comprovação de capacidade econômico-financeira junto a cada entidade reguladora responsável pela fiscalização de seus contratos, nos termos do art. 10 do referido Decreto.

Outras atividades relacionadas

Foram enviadas contribuições ao MDR para minuta de projeto de lei sobre reuso. O documento ainda está sob análise do Ministério. Sobre o mesmo tema, a ABCON SINDCON participou de Mesa Redonda da CNI, realizada nos dias 14 e 16.12.

A ABCON SINDCON participou da elaboração da Cartilha do Saneamento, capitaneada pelo Centro de Liderança Pública (CLP), com o principal objetivo de auxiliar gestores públicos municipais na implementação das novas regras do Marco Legal do Saneamento.

A Cartilha foi lançada em 31.08.

Também foram elaborados e aprovados pelo Comitê Jurídico os critérios de rateio de honorários advocatícios para ingresso de ações judiciais pela ABCON SINDCON.

Por fim, a ABCON SINDCON enviou contribuições em processos de consulta pública para regionalização em 10 estados, bem como vem monitorando o andamento da implementação da regionalização de forma sistemática.

Projeto 2

Incremento dos padrões de Compliance e Governança

R1. Estruturar e divulgar a política de Compliance e de Governança da associação

Para a estruturação da política de Compliance da ABCON SINDCON, foi contratado o escritório Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados.

Em 16.08, o Relatório de Assessment de Riscos Jurídicos foi aprovado pelo Comitê de Compliance. Ato contínuo, o escritório apresentou a revisão do Código de Conduta e da Política de Governança da associação, para os quais foram recebidas contribuições das associadas, estando pendente de

aprovação no Comitê de Compliance.

Está em fase de análise interna a Política Anticorrupção; o Questionário de Compliance (terceiros e associados); a Declaração de Conflito de Interesses; o Modelo de Cláusulas Anticorrupção; e o Modelo de Aditamento Contratual para os contratos vigentes entregues.

A aprovação dos referidos documentos pelo Conselho de Administração está prevista para o primeiro trimestre de 2022.

R2. Elaborar e aprovar o Regimento Interno dos Comitês Temáticos da Associação

Em 15.06, foi aprovado pelo Conselho de Administração o Regimento Interno dos Comitês Temáticos da ABCON SINDCON, bem como a Declaração de Aceitação e Posse de seus membros e dos Conselheiros.

R3. Reestruturar e validar política de cotas associativas

A reestruturação da política de cotas associativas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 22.12, tendo sido escolhida, por maioria dos votos, a proposta 2 apresentada, contendo 06 tiers e os respectivos benefícios.

R4. Estruturar processos e ferramentas de accountability da associação

Em 30.06, as contas e demonstrações financeiras do exercício de 2020 foram aprovadas pelo Conselho Fiscal.

Em relação às ações decorrentes dos demais marcos críticos previstos pelo planejamento estratégico, elas ainda não foram iniciadas.

Outras atividades relacionadas

Com vistas a **conferir maior transparência às ações da ABCON SINDCON aos seus associados**, ao longo de 2021 foram implementados o sistema de registro de atas de reuniões dos Comitês Temáticos e o formulário de acompanhamento semanal das principais atividades da associação, dentre as quais destacam-se os seguintes tópicos:

- agenda institucional da equipe interna;
- agenda para os associados;
- agenda de reuniões dos Comitês Temáticos;
- encaminhamentos e principais resultados das reuniões realizadas na semana anterior;
- consultas aos associados em aberto;
- outras informações relevantes.

Projeto 3

Qualificação de Mecanismos Financeiros

O projeto de Qualificação de Mecanismos Financeiros tem como objetivo **promover a construção de mecanismos e produtos financeiros mais adequados ao segmento para aumentar o financiamento do setor**

em todos os resultados previstos para 2022.

Em 2021, uma série de ações foram desenvolvidas para o alcance dos resultados.

R1. Publicar material de sensibilização sobre financiamento em saneamento para ao menos dois stakeholders do setor financeiro

R3. Promover ao menos um encontro entre o setor financeiro e associados para discussão de aprimoramentos ou lançamento de um novo produto financeiro

Para o alcance dos dois resultados previstos para 2022, foi realizada uma **rodada de conversas com os associados que se voluntariaram para uma série de diálogos sobre os desafios enfrentados na obtenção de financiamento no setor.** Essas conversas subsidiaram o escopo do termo

de referência do estudo que será contratado no primeiro trimestre de 2022.

O material de sensibilização sobre financiamento em saneamento será a base para as ações de defesa de interesse frente aos aprimoramentos necessários aos produtos financeiros existentes no mercado.

R2. Realizar ao menos uma oficina com o setor privado para enquadramento ESG

Foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica “Estratégia de Investimento Verde” entre a ABCON SINDCON, o Ministério do Desenvolvimento Regional e mais sete entidades (Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil - CBIC; Associação Brasileira de Desenvolvimento - ABDE; Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - ABDMG; Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE; Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - Abrelpe; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae; do Banco do Nordeste - BNB).

Dentre os objetivos do acordo está a **promoção e a disseminação de con-**

teúdos sobre finanças sustentáveis e seus instrumentos, por meio de capacitações, seminários, encontros técnicos e eventos similares, além de mobilizar associados e parceiros da ABCON SINDCON quanto à importância dos critérios ASG (ambientais, sociais e de governança) para a sustentabilidade dos projetos de infraestrutura, especialmente em relação aos seus impactos e riscos.

A 1ª Oficina Estratégia de Investimento Verde foi realizada com a equipe das diversas entidades signatárias como início da preparação para a oficina com os associados, que deverá ocorrer no segundo semestre de 2022.

R4. Publicar Guia para uso de debêntures para difusão do instrumento (após a aprovação da nova lei, se aprovada)

R5. Aumentar ao menos 1 associado em operação que entre com pedido para utilização do instrumento de debêntures

Para o alcance dos dois resultados previstos para 2022, a ABCON SINDCON atuou ativamente na aprovação do Projeto de Lei de Debêntures (PL 2.646/2020) na Câmara dos Deputados. O projeto introduz uma importante alternativa de captação de recursos para investimentos na infraestrutura, com vistas a atrair investidores institucionais, como fundos de pensão.

Foram realizadas parcerias com outras entidades do setor de infraestrutura, tais como ABDIB, ABCR, ANTF e ABRADDEE; e do mercado financeiro, como a Anbima e o Itaú, dentre outras.

O texto passou por alterações que visavam compatibilizar as demandas dos operadores do setor de saneamento e demais setores de infraestrutura.

tura com o entendimento do Governo Federal quanto aos ganhos oriundos dos instrumentos.

O texto segue para discussão no Senado e permanece como Projeto de Lei prioritário na agenda legislativa da ABCON SINDCON.

Outras atividades relacionadas

Foram concluídos os produtos do Projeto de Apoio à Recuperação da Atividade Econômica pós-COVID-19, com ênfase no Desenvolvimento Regional e da Infraestrutura, parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Regional e diversos agentes do setor de infraestrutura, entre eles a ABCON SINDCON.

Os produtos, divulgados em dezembro de 2021, preveem estratégias que apoiem a implementação das políticas públicas sob competência do MDR com ênfase na retomada da atividade econômica pós Pandemia da COVID-19 e na atração de investimentos privados.

Dentre as ações previstas, destacam-se:

- Promover a qualificação de projetos de saneamento com a incorporação de critérios ASG (Ambientais, Sociais e de Governança);
- Capacitar e assistir tecnicamente as regiões com déficit técnico e de conhecimento para o cumprimento da Lei 14.026/2020 (incluindo a formação dos blocos regionais);
- Suportar a construção de normas que promovam a padronização de regras aplicáveis a novos contratos;
- Desenvolver mecanismos que incentivem a eficiência no uso dos recursos naturais pelas prestadoras de serviço;
- Avaliar os impactos das ações da Secretária Nacional de Saneamento;
- Criar fundos próprios das agências reguladoras.

Projeto 4

Fortalecimento do Conselho Técnico

R1. Firmar até quatro parcerias com instituições estratégicas para apoiar debates técnicos

Foram mapeadas as entidades parceiras para apoiar discussões sobre desafios técnicos do setor e organizadas numa planilha para controle das parcerias. Hoje há na ABCON SINDCON 19 parcerias firmadas.

As parcerias são importantes para a construção de debates técnicos com instituições estratégicas. Dentre elas, podem ser destacadas:

- Ministério de Desenvolvimento Regional
- Ministério da Economia
- CNI
- ABNT
- ABDIB
- ABAR
- ABIMAQ/SINDESAM
- GRI Club
- Pacto Global
- Isle
- Vale
- XP Investimentos
- Câmara do Comércio e Indústria Brasil-Alemanha

R2. Estruturar e implementar agenda de discussão dos desafios críticos em operação de água e esgoto

Foi aprovada no Conselho Técnico a criação de seis Grupos de Trabalho, para dar início à agenda de discussões técnicas.

Os GTs estabelecidos são os seguintes:

- Redes
- Produção de Água e Tratamento de Esgoto
- Perdas
- Eficiência Energética
- Gestão de Clientes
- Calculadora de Custos.

Ao todo foram realizadas 17 reuniões nos seis Grupos de Trabalho. No momento, as atividades são focadas

no trabalho de desenvolvimento dos temas técnicos levantados, realizando diagnósticos de temas comuns, discussões técnicas, fórum de discussões para sanar dúvidas, como por exemplo temas como o Projeto ACERTAR, revisão na base das Obras Pontuais e construção do Termo de Referência, ambos tratados no GT da Calculadora de Custos. Todas as atividades dos Grupos de Trabalho podem ser acompanhadas pelos associados pelo link de acompanhamento dos Comitês Internos. Participam dos Grupos de Trabalho 71 associados ABCON SINDCON.

R3. Promover evento de acesso a novas tecnologias do mercado, em parceria com a Isle (TAG)

O referido evento foi realizado em 11.03. A Isle é uma consultoria líder global especializada em tecnologia e melhores práticas inovadoras, com a missão de acelerar a inovação no setor de água.

O webinar com a consultoria apresentou cinco tecnologias, escolhidas e/ou referendadas pelo Conselho Técnico. O evento foi divulgado e aberto a todos os associados.

As tecnologias apresentadas foram:

- Solução de tratamento de congelamento de lodo;
- Filme fixo aerado submerso (SAFF);
- Tratamento modular de águas residuais sem produtos químicos;
- Otimização do conteúdo de sólidos do concentrado e bolo de lodo, minimizando o uso de polímero para desidratação de lodo;
- Forma avançada de ionização capacitiva, que permite a dessalinização econômica.

R4. Estruturar e apresentar fundamentos para publicação de Resoluções e Normas Técnicas (ABNT)

O Convênio de Cooperação Técnica entre a ABNT e ABCON SINDCON foi celebrado em 18.03. Por meio dele, a ABCON SINDCON é a responsável pela Coordenação do Comitê Brasileiro de Saneamento Básico da ABNT, o CB 177-Saneamento, que atua na normalização no campo de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, compreendendo critérios que promovam:

- a melhoria dos serviços prestados aos usuários;
- avaliação, gestão e monitorização dos riscos, incluídos o abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- gestão e o plano de segurança da água na cadeia de abastecimento, desde o manancial até a distribuição;
- valores-limite de aceitabilidade da qualidade da água potável e das águas residuais descartadas no corpo receptor, no que concerne à terminologia, procedimentos, requisitos, métodos de ensaio e generalidades.

Dentre as atividades desenvolvidas dentro do Comitê está o Plano de Trabalho, elaborado pela Equipe Técnica da ABCON SINDCON e, posteriormente, concluído, apresentado e aprovado na ABNT.

No momento, o trabalho concentra-se na atualização da planilha com mais de 220 normas que fazem parte do Comitê Brasileiro. Tal atualização é resultado do empenho da equipe na organização das Normas e conta com o apoio de todos os Coordenadores

das Comissões de Estudo do Comitê Brasileiro de Saneamento. Assim teremos as Normas devidamente alocadas nas suas Comissões de Estudos equivalentes. Tal trabalho foi concluído e aprovado pelos Coordenadores, e repassado para ABNT, onde aguardamos a atualização no ABNT Coleções.

Também seguindo nossas atividades dentro da ABNT, a associação solicitou indicações de seus associados para participação nas Comissões de Estudo que compõem o CB 177 para fortalecer nossa representatividade e com sucesso obteve indicações. Os participantes receberam nosso apoio bem como um Manual do Representante, elaborado pela equipe. Também fazemos o acompanhamento e suporte às 10 Comissões de Estudo que integram o CB 177, inclusive a mais nova – Comissão de Estudo de Gestão Hídrica/Gestão de Recursos Hídricos para Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem – instalada e criada na atual gestão, que elabora ainda a Norma sobre o PSA (Plano de Segurança da Água) - Princípios e diretrizes para elaboração e implementação. No dia 22 de dezembro, apresentamos um Relatório de Atividade de 2021 com todas as atividades propostas e realizadas conforme Plano de Trabalho e já iniciamos uma conversa sobre o Plano de Trabalho 2022.

R5. Atualizar a base técnica do produto Calculadora de Custos

A Calculadora de Custos é uma ferramenta desenvolvida para **simular o orçamento dos itens necessários à execução de uma obra de saneamento**, seja de esgotamento sanitário ou de abastecimento de água.

Trata-se de um produto dedicado aos associados e também comercializado entre não-associados.

Foi lançado em evento público online em maio, que contou com audiência de 141 pessoas, interessadas no novo produto da associação.

Foi criado um Grupo de Trabalho para avaliar a ferramenta e realizar uma revisão nos custos das Obras Pontuais (ETAs, ETEs, EEA, EEE e reservatórios).

Foram realizadas duas reuniões do GT da Calculadora de Custos. Está em andamento a revisão dos dados referentes a Obras Pontuais.

Estão vigentes assinaturas com instituições financeiras e empresas. Destaque para a assinatura do BNDES.

[Acesse o produto pelo link!](#)



Outras atividades relacionadas

Rodadas de Negócios

Têm como objetivo **proporcionar aos associados o conhecimento de diferentes tecnologias nacionais e internacionais**.

Em 2021, foram realizadas cinco Rodadas de Negócios em parceria com o Consulado Americano, Consulado Canadense, Câmara do Comércio e Indústria Brasil-Alemanha e Abimaq e as Rodadas organizadas pelo Conselho

Técnico com empresas que procuram a entidade para apresentarem suas tecnologias. Também em parceria com a Abimaq, no dia 13 de agosto, realizamos a 1ª Rodada de Negócios ABCON SINDCON/Abimaq, com foco no tema de Redução de Perdas.

Em todas as rodadas houve participação de empresas nacionais e internacionais. Nelas contamos com a apresentação de 39 empresas e a participação de mais de 100 associados.

Projeto 5

+ Comunicação

R1. Elaborar um Plano de Comunicação junto ao Comitê de Comunicação, aprová-lo pelo Conselho de Administração e implementar todas as etapas nele previstas.

Elaborado de acordo com o Planejamento Estratégica da ABCON SINDCON 2021-24 e usando a análise SMART, o Plano de Comunicação da ABCON SINDCON realizou um diagnóstico de todos os produtos de comunicação da entidade, readequando-os a nova estratégia da associação. Foi submetido à aprovação do Comitê de Comunicação em setembro e está em andamento. O material contempla todos os públicos-alvo da associação, com ações específicas para cada um deles, cujos indicadores são monitorados e submetidos à apreciação periódica do Comitê de Comunicação.



1



2



3



4



5

R2. Publicar o Panorama da Participação Privada no Saneamento, 4 edições da Revista Canal e 12 edições do ABCON SINDCON News

Panorama

O Panorama da Participação Privada no Saneamento, que em 2021 chegou a sua oitava edição, foi lançado em evento híbrido no dia 27 de julho, em São Paulo. O material foi disponibilizado no site da associação, inclusive em sua versão em inglês, e foi baixado 1215 vezes até dezembro de 2021

O evento de lançamento da publicação contou com a participação do Secretário Nacional de Saneamento do Ministério do Desenvolvimento Re-

gional, Pedro Maranhão, e também do diretor de concessões e privatizações do BNDES, Fabio Abraão. Na ocasião, foi realizado também um debate sobre o estágio do setor após um ano da aprovação do novo marco legal do saneamento, com participação dos deputados federais Enrico Misasi (PV/SP), Geninho Zuliani (DEM/SP) e Evair Vieira de Melo (PP/ES), ao lado de Vítor Saback, diretor da ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico). No YouTube, o evento foi acompanhado por 175 pessoas.

Fotos

1. Teresa Vernaglia, presidente do Conselho de Administração da ABCON SINDCON. 2. Pedro Maranhão, secretário nacional de saneamento. 3. Percy Soares Neto, diretor executivo da ABCON SINDCON. 4. Ilana Ferreira, superintendente técnica da ABCON SINDCON e, ao fundo, Percy Soares Neto. 5. Da esquerda para a direita: Percy Soares Neto; Deputado Federal Enrico Misasi; Vítor Saback, diretor da ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico); Deputado Federal Evair Vieira de Melo; e, no telão, Deputado Federal Geninho Zuliani.



[Acesse a publicação pelo link!](#)



ABCON SINDCON News

Em 2021, foram publicadas 13 edições do ABCON SINDCON News, que alcançaram em média de 32% de taxa de visualização.

Revista Canal

Já a Revista Canal, teve apenas duas edições veiculadas em 2021; a terceira edição já preparada, circulará em fevereiro de 2022. No total do ano, a publicação recebeu mais de 4 mil acessos pelo site da ABCON SINDCON e foi distribuída para mais de 3 mil contatos por e-mail.

R3. Realizar o Prêmio Sustentabilidade, trazendo 65 projetos para competir no perfil “Empresa Privada” e outros 20 projetos para competir no perfil “Jovem Inovador”

O Prêmio Sustentabilidade recebeu a inscrição de 87 projetos no perfil de participação “Empresa Privada”, e ainda mais sete projetos participantes no perfil de participação “Jovem Inovador”, instituído em 2021. Em que pese ter ficado aquém da meta nesse último quesito, **a inauguração da categoria cumpriu o objetivo de abrir o diálogo com o público formado por profissionais e pesquisadores com até 30 anos**, e deverá ser foco de aperfeiçoamento para a próxima edição.

Vale ressaltar que a edição bateu o recorde de projetos enviados pelas empresas privadas, tendo superado em muito a meta estabelecida.

Em formato híbrido, o evento foi assistido ao vivo pelo canal da ABCON SINDCON no YouTube por 153 espec-

tadores e atingiu mais de 2,6 mil visualizações até o final do ano. Contou com 70 convidados em formato presencial, em cerimônia realizada atendendo as demandas sanitárias em vigor no estado de São Paulo.

O 4º Prêmio Sustentabilidade contou com o apoio técnico-institucional da Rede Brasil do Pacto Global; com apoio institucional do Fundo IPU, da ABES (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental) tal como da JPS (Jovens Profissionais do Saneamento) - um projeto da ABES, e da GRI Club. O Prêmio contou com patrocínio de cota diamante da Vale e da XP Investimentos, e com patrocínio de cota bronze da Infra Humana e AHK (Câmara Brasil-Alemanha de São Paulo).

Fotos

1. Percy Soares Neto, diretor executivo da ABCON SINDCON. 2. Carlo Pereira, secretário executivo do Pacto Global. 3. Teresa Vernaglia, presidente do Conselho de Administração da ABCON SINDCON. 4. Todos os ganhadores do 4º Prêmio Sustentabilidade presentes no evento, juntamente com jurados e representantes dos patrocinadores diamantes que realizaram a entrega dos troféus.



R4. Reestruturar o site ABCON SINDCON, tornando-o mais moderno e otimizando a leitura dos conteúdos publicados

O novo site da ABCON SINDCON está em fase de aprovação de layout e conteúdo. Estará disponível para os associados e o público em geral no primeiro trimestre de 2022. Em 2021, o site da ABCON SINDCON recebeu mais de 100 mil visitas durante o ano.

Outras atividades relacionadas

Websérie ABCON SINDCON e ABDIB

De maneira inédita, a ABCON SINDCON em parceria com a ABDIB realizou em 2021 a websérie “Desafios para a implementação no novo marco legal”, composta por 6 episódios:

1. Regionalização
2. Diretrizes regulatórias
3. Capacidade econômico-financeira
4. Modelagens de contratos
5. Oportunidades para a cadeia de fornecimento
6. Um ano do novo marco: sucessos, lições e desafios

A iniciativa alcançou um número extraordinário de visualizações no ano: mais de 10 mil! E rendeu diversos subprodutos disponíveis nos sites das duas entidades parceiras.

Para acessar todo o conteúdo divulgado no site da ABCON SINDCON, [clique aqui](#) ou [acesse pelo QR Code!](#)



Imprensa e mídias sociais

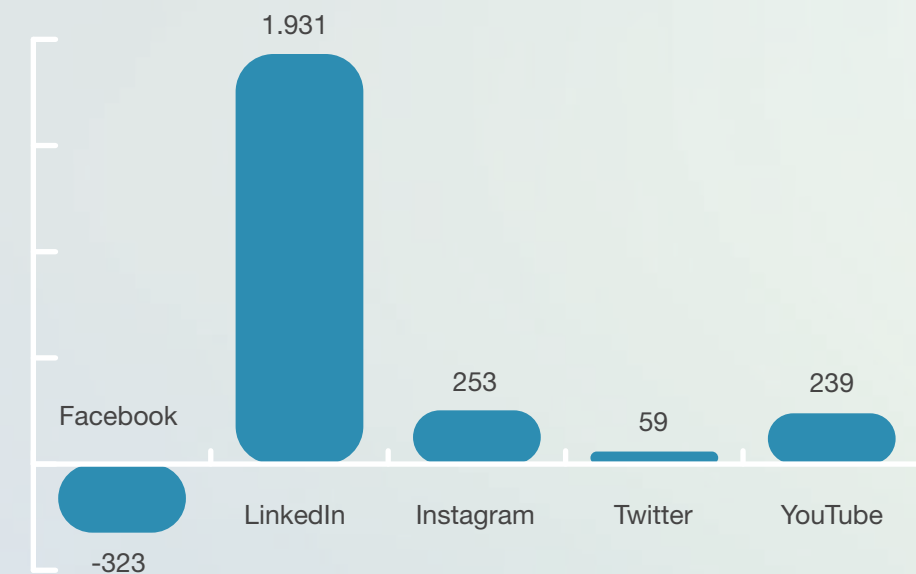
A assessoria de imprensa e a divulgação da associação nas redes sociais tiveram um importante papel na consolidação da imagem da entidade como interlocutora do setor de saneamento e da importância econômica e social da atividade.

A média de clippings (entrevistas e menções à ABCON SINDCON na imprensa) em 2021 alcançou 173 matérias por mês, com destaque para a divulgação do Panorama, que obteve mais de 500 inserções. No total do ano a ABCON SINDCON foi mencionada 2085 vezes pela imprensa, em uma valorização equivalente a R\$ 21,9 milhões, caso todas as inserções fossem pagas pela entidade, o que não ocorreu em nenhum dos casos.

Nas mídias sociais, o ano de 2021 destacou a rede LinkedIn como a de maior sucesso da ABCON SINDCON. A rede é responsável por 98% do engajamento orgânico médio que a entidade recebeu por mês em todas as redes sociais em que está presente: LinkedIn, Facebook, Instagram, Twitter e Youtube. Além de ser a rede com maior crescimento de seguidores no ano: quase 2 mil de maneira completamente orgânica.

Dentre as principais campanhas veiculadas pela ABCON SINDCON nas mídias sociais, está a “Janela dos Associados”, quadro no qual a entidade divulga os principais resultados e notícias das empresas associadas, direcionando o público para o site da ABCON SINDCON. No site, essa seção representa 15% de todo o fluxo do ano.

Novos seguidores nas mídias sociais da ABCON SINDCON em 2021



Eventos

Durante todo o ano, a ABCON SINDCON foi convidada para representar os operadores privados de saneamento em diversos eventos. No total do ano, foram 52 eventos.

Projeto 6

Suporte em inteligência de dados & conhecimento

R1. Aprovar e publicar o Painel do Monitoramento Econômico do Setor

Um dos novos produtos desenvolvidos pela ABCON SINDCON em 2021 foi o Painel de Monitoramento Econômico do Setor. A ferramenta tem como objetivo subsidiar os operadores privados em suas tomadas de decisão e também a ABCON SINDCON em suas ações de defesa de interesse frente ao alcance da universalização.

Com atualização mensal, o Painel apresenta indicadores referentes à/ao:

- Conjuntura econômica que impacta diretamente os operadores de água e esgoto (tais como: IGP-M, IPCA, PIB, Taxa de Câmbio, Taxa

Selic, TLP e variação da demanda dos setores de infraestrutura);

- Custos operacionais do setor (INCC-DI, INCC-DI Instalação Hidráulica, IPA-OG-DI Máquinas e equipamentos, IPA-OG-DI Produtos Químicos, tarifa de energia elétrica e o preço líquido das diferenças do mercado livre de comercialização de energia elétrica)
- Situação social que reflete a capacidade de pagamento da população e o impacto das tarifas na renda das famílias.

R2. Concretizar a reformulação do SPRIS com publicação e divulgação do Relatório de Benchmarking

O Sistema de Informações do Segmento Privado do Setor Saneamento – SPRIS – foi totalmente reformulado e revisado.

Composto por 182 informações (sendo 115 exclusivas SPRIS) e 85 indicadores (sendo 49 exclusivos SPRIS), o sistema agora dispõe da geração automática do Relatório de Benchmarking.

O Relatório de Benchmarking permite que os operadores privados associados à ABCON SINDCON possam averiguar seus indicadores frente à média da operação privada.

Visando otimizar o processo de coleta foi estabelecida uma parceria de cooperação entre a ABCON SINDCON e o Ministério do Desenvolvimento Regional, que permitiu acesso e exportação

das informações do SNIS preenchidas pelos associados, antes mesmo de sua publicação.

Os associados já puderam usufruir do novo sistema com uma versão mais amigável e otimizada do sistema. O Relatório de Benchmarking foi disponibilizado em janeiro de 2022.

R3. Aprovar e publicar o Monitoramento Estatístico da Implementação do Novo Marco Legal do Saneamento

Outro novo produto lançado pela ABCON SINDCON em 2021 foi o Monitoramento da Implementação do Novo Marco Legal do Saneamento.

Por meio do painel é possível acompanhar o andamento do processo de regionalização nos estados e a publicação das normas de referência pela Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA).

Todos os 5.570 municípios brasileiros compõem o painel, possibilitando averiguar seus status frente às exigências do novo marco e a universalização com indicadores de atendimento, situação dos contratos de delegação e receitas oriundas da prestação dos serviços de água e esgoto.

A nova versão do Painel com os novos dados do SNIS será lançada no primeiro trimestre de 2022.

R4. Disseminar pelo menos um estudo de impacto econômico com Equilíbrio Geral Computável sobre blocos regionais selecionados

Com o objetivo de mensurar o impacto econômico do setor, a ABCON SINDCON articulou junto ao Ministério da Economia a divulgação do modelo de Equilíbrio Geral Computável – EGC do tipo TERM-UF, composto por 124 setores para as 27 Unidades da Federação.

A partir da divulgação do modelo, foi estabelecida uma parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) para aprimoramento do modelo.

Em 2021, o modelo foi totalmente calibrado à realidade de nosso setor e poderá ser utilizado para o desenvolvimento de estudos de impacto regionais. Os primeiros resultados estimados foram para o Estado de Alagoas, com base nos projetos de concessão dos Blocos B e C, leiloados em dezembro. O documento será divulgado no primeiro trimestre de 2022.

Projeto 7

Fortalecimento institucional

R1. Estruturar o macroprocesso de representação técnica e institucional, com aprimoramentos no Sistema de Representação e Integração Institucional

A reformulação do SIRI – Sistema de Representação Institucional da ABCON SINDCON visa informar os associados de todos os assuntos que estão sendo debatidos, discutidos e deliberados nos fóruns e grupos de trabalho de diversas instituições, nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais de discussão do setor de saneamento onde a ABCON SINDCON possui assento. Dessa forma, procura-se garantir a representatividade qualificada da associação.

Com a implementação gradual das novas diretrizes, a ABCON SINDCON espera garantir como resultado o posicionamento sólido do segmento pri-

vado perante as demais instituições do setor e as trocas de experiências e defesa de interesses e difusão do conhecimento técnico. Além disso, pretende-se com a nova estrutura do sistema que os representantes tenham uma visão de suas participações e pontos de pautas debatidos e deliberados em reuniões, tanto daquelas em que eles participam, quanto de todas as outras em que estejam envolvidos outros representantes da entidade.

Todas essas informações serão estruturadas a fim de poderem ser consultadas pelos associados a partir do site da ABCON SINDCON.

R2. Estruturar o macroprocesso de prospecção e gestão de novos associados

Foram trabalhadas as ações deste marco crítico, cujo objetivo é deixar mais atrativo todo o material dirigido às empresas interessadas em se associar à ABCON SINDCON, considerando fácil leitura e compreensão, e deixando claro as contrapartidas, desde o primeiro contato até o aceite do ingresso.

R3. Estruturar as políticas basilares de RH da Associação (atribuições por função, plano de cargos e salários, capacitações e recrutamento & seleção)

R4. Estruturar a Coordenação Jurídica da ABCON SINDCON

Os Marcos Críticos acima serão desenvolvidos por uma consultoria externa.

R5. Estruturar o macroprocesso de relacionamento com associados

Foi estruturado e implantado um sistema de follow-up entre a equipe da ABCON SINDCON, dentro da ferramenta Teams, pelo qual cada associado possui uma pasta para serem registradas todas as demandas relevantes solicitadas à equipe ABCON SINDCON, in-

clusive com o objetivo de que todos possam visualizar quais tipos de demanda (administrativa, técnica, jurídica, financeira e operacional) estão sendo realizadas e qual o prazo médio de resposta da equipe.

Projeto 8

Novas receitas

R1. Estruturar e aprovar a política de patrocínios ABCON SINDCON

Ação 100% estruturada e aprovada pelo Conselho de Administração em 30.09.

O objetivo desse marco foi mapear uma política de patrocínios para a ge-

ração de novas receitas acessórias, com a finalidade de estabelecer diretrizes para a venda de patrocínios e comercialização de serviços.

R2. Alcançar patrocínio de no mínimo 50% do custo total do Prêmio Sustentabilidade 2021

Alcance de quatro patrocinadores, sendo duas cotas bronze e duas cotas diamantes, atingindo 62,30% do custo total.

R3. Desenvolver ao menos dois produtos comerciais, com modelo de negócios desenhado e validação de mercado

Alcance de 50% da meta com o desenvolvimento e comercialização da Calculadora de Custos.

R4. Cobrir 100% do custeio total da Calculadora de Custos com receitas advindas desse produto

Cobertura de 43,07% do custeio total do produto, com perspectiva de cobertura total a partir do modelo de gestão de negócios.

R5. Conquistar cinco novos associados para a ABCON SINDCON

Meta alcançada e superada, com sete novos associados.

Governança e equipe

Nova governança da ABCON SINDCON

ABCON

Conselho de Administração

Nome (Titulares)		Empresa
Presidente	Teresa Cristina Querino Vernaglia	BRK Ambiental Participações
Vice-Presidente	Rogério de Paula Tavares	Aegea Saneamento e Participações
Vice-Presidente	Claudio Bechara Abduche	SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil
Vice-Presidente	Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão	Iguá Saneamento
Vice-Presidente	Paulo Roberto de Oliveira	GS Inima Brasil
Vice-Presidente	Fernando Evanyr Borges da Fonseca	Terracom Concessões e Participações
Vice-Presidente	Ney Lopes Moreira Castro	Empresa de Participações em Projetos de Saneamento
Vice-Presidente	Alexandre Ferreira Lopes	Aviva Ambiental
Vice-Presidente	Paulo Eduardo Raposo	Perenge Engenharia e Concessões
Nome (Suplentes)		Empresa
	Daniela Mattos Sandoval Coli	BRK Ambiental Participações
	Yaroslav Memrava Neto	Aegea Saneamento e Participações
	Bernardo Machado Alves Gonçalves	SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil
	Talita Caliman	Iguá Saneamento
	Roberto de Oliveira Muniz	GS Inima Brasil
	Alessandro José Conte Hidalgo	Terracom Concessões e Participações
	Sandra Molinero	Empresa de Participações em Projetos de Saneamento
	Carlos José Botelho Berenhauer	Aviva Ambiental
	Paula Regina Fujisawa Raposo Valente	Perenge Engenharia e Concessões

Conselho Fiscal

Nome (Titulares)		Empresa
	Gustavo Affonso Pereira Coelho	Iguá Saneamento
Presidente	Arlindo Sales Pinto	Aegea Saneamento e Participações
	Vaney Iori	Aviva Ambiental

SINDCON

Conselho de Administração

Nome (Titulares)		Empresa
Presidente	Teresa Cristina Querino Vernaglia	BRK Ambiental Participações
Vice-Presidente	Arlindo Sales Pinto	Aegea Saneamento e Participações
Vice-Presidente	Bernardo Machado Alves Gonçalves	SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil
Vice-Presidente	Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão	Iguá Saneamento
Vice-Presidente	Giuliano Vito Dragone	GS Inima Brasil
Vice-Presidente	Fernando Evanyr Borges da Fonseca	Terracom Concessões e Participações
Vice-Presidente	Ney Lopes Moreira Castro	Empresa de Participações em Projetos de Saneamento
Vice-Presidente	Vaney Iori	Aviva Ambiental
Vice-Presidente	Paulo Eduardo Raposo	Perenge Engenharia e Concessões
Nome (Suplentes)		Empresa
	Pedro Henrique Teixeira Fiorelli	BRK Ambiental Participações
	Yaroslav Memrava Neto	Aegea Saneamento e Participações
	Claudio Bechara Abduche	SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil
	Talita Caliman	Iguá Saneamento
	Carlos Roberto Ferreira	GS Inima Brasil
	Alessandro José Conte Hidalgo	Terracom Concessões e Participações
	Sandra Molinero	Empresa de Participações em Projetos de Saneamento
	Alexandre Ferreira Lopes	Aviva Ambiental
	Paula Regina Fujisawa Raposo Valente	Perenge Engenharia e Concessões

Conselho Fiscal

Nome (Titulares)		Empresa
	Gustavo Affonso Pereira Coelho	Iguá Saneamento
	Heraldo José de Lima	GS Inima Brasil
	Marcelo Augusto Raposo da Mota	SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil

Conselho Técnico

Nome (Titulares)	Empresa
Presidente	Giuliano Vito Dragone
	Maria Clarisse Beloso Garcia Silvestre
	André Lermontov
	Luiz Pannutti Carra
	Nelson Ricardo da Silva Carvalho
	Eduardo Berrettini
	Fernando Humphreys
	Hussein Mohamad Hammoud
	Ricardo Barbosa dos Santos
	Arlindo Sales Pinto
	Paula Alessandra Bonin Costa Violante
	Gilson Luis Merli
	Tiago Camargo
	Bruno Piotto Hespagnol
	Ana Paula Fernandes Abrahão

Comitês Temáticos

Comitê de Assuntos Jurídicos e Regulatórios

Coordenação	Lucilaine Tenorio Medeiros (Aegea)
Vice-coordenação	Júlia Grieco Paes Leme (BRK Ambiental)
Responsável na ABCON SINDCON	Kelly Felix
Reuniões realizadas	12 reuniões ordinárias 27 reuniões extraordinárias
Principais temas debatidos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Regionalização nos Estados; 2. Normas de referência da ANA; 3. Processos judiciais no STF contra a Lei 14.026/2020 e outras ações de interesse do setor; 4. Reforma Tributária; 5. Decreto 10.710/2021; 6. Critérios de rateio de honorários advocatícios pelas associadas; 7. Revisão do Decreto 7217/2010; 8. Prorrogação de prazo de contratos de programa; 9. Estudo sobre conteúdo mínimo de contratos e equilíbrio econômico-financeiro; 10. Agenda Legislativa de 2021.

Comitê de Compliance

Coordenação	A definir
Vice-coordenação	A definir
Responsável na ABCON SINDCON	Kelly Felix
Reuniões realizadas	5 reuniões extraordinárias
Principais temas debatidos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programa Compliance; 2. Declaração Conselheiros; 3. Política de Patrocínio; 4. Regimento interno dos Comitês.

Comitê de Qualidade, Saúde, Segurança e Meio Ambiente (QSSMA)

Coordenação	Nelson Carvalho (Grupo Águas do Brasil)
Vice-coordenação	Alexandre Piedemonte (BRK Ambiental)
Responsável na ABCON SINDCON	Elaine Chagas
Reuniões realizadas	4 reuniões ordinárias 2 reuniões extraordinárias
Principais temas debatidos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Portaria 888/2021 (2472/2021) - pontos relevantes 2. Definição das NR's que impactam o setor de saneamento para acompanhamento 3. Aproximação com os representantes : Ministério da Saúde referente a Portaria 888/2021 e CNI - Comissão Tripartite do Ministério do Trabalho para as NR's.

Comitê Financeiro

Coordenação	Sérgio Barros (BRK Ambiental)
Responsável na ABCON SINDCON	Ilana Ferreira
Reuniões realizadas	4 reuniões ordinárias 3 reuniões extraordinárias
Principais temas debatidos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diálogo com financiadores (IFC, UK Export Finance e BID); 2. Projeto de Lei de Debêntures (PL 2.646/2020); 3. Reforma Tributária; 4. Decreto de Comprovação da Capacidade Econômico-Financeira (Decreto 10.710/2020); 5. Norma de referência da ANA que trata de Indenização de Ativos.

Comitê de Comunicação

Coordenação	Juliana Calsa (BRK Ambiental)
Vice-coordenação	Vander Filho (Terracom)
Responsável na ABCON SINDCON	Mariana Zito
Reuniões realizadas	7 reuniões ordinárias 2 reuniões extraordinárias
Principais temas debatidos	1. Indicadores de comunicação da ABCON SINDCON 2. Pauta do Panorama 2021 3. Plano de Comunicação da ABCON SINDCON 4. Política de Patrocínios e receitas Acessórias da ABCON SINDCON 5. Resultados de eventos e ações de comunicação

Comitê de Recursos Humanos

Coordenação	A definir
Vice-coordenação	A definir
Responsável na ABCON SINDCON	Elaine Chagas
Reuniões realizadas	2 reuniões ordinárias 2 reuniões extraordinárias
Principais temas debatidos	1. Atualização da Pesquisa Salarial e Indicadores – Ciclo 2021/2022 2. Parcerias com Instituições de Ensino para qualificação e capacitação de profissionais na área de saneamento. (Ex- Senai) 3. Pesquisa sobre as restrições na Pandemia - fase roxa 4. Pesquisa sobre a quantidade de funcionários para o relatório elaborado sobre a tema "Inclusão como prioridade dos funcionários de campo no Plano de Imunização do Ministério da Saúde"

Equipe

Cargo ou Área	Nome
Diretor Executivo	Percy Soares Neto
Superintendente Técnica	Ilana Ferreira
Técnico Operacional	Priscila Bezerra Júlia Souza
Coordenadora de Comunicação	Mariana Zito
Coordenadora Jurídica	Kelly Felix
Financeiro	Eliana Gonçalves
Administrativo	Elaine Cristina das Chagas
Estagiária de Comunicação	Anna Luisa Burle
Assessoria Técnica	César Seara
Assessorias de Comunicação e Imprensa	Ana Rizzo Comunicação e Engajamento Em Foco Assessoria de Comunicação
Assessoria Jurídica	Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados
Assessoria Parlamentar	BMJ Consultores

Associados

Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana de Maceió	Águas de Marcelândia
Aegea Saneamento e Participações	Águas de Matão
Agreste Saneamento	Águas de Matupá
Águas Alta Floresta	Águas de Niterói
Águas Canarana	Águas de Nortelândia
Águas Colider	Águas de Nova Friburgo
Águas Comodoro	Águas de Novo Progresso
Águas Cuiabá - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto	Águas de Pará de Minas
Águas das Agulhas Negras	Águas de Paranatinga
Águas de Andradina	Águas de Paraty
Águas de Araçoiaba	Águas de Pedra Preta
Águas de Ariqueemes Saneamento	Águas de Peixoto de Azevedo
Águas de Barra dos Garças	Águas de Penha Saneamento
Águas de Bombinhas Saneamento	Águas de Pimenta Bueno Saneamento
Águas de Buritis Saneamento	Águas de Poconé
Águas de Camboriú Saneamento	Águas de Porto Esperidião Saneamento e Distribuição
Águas de Campo Verde	Águas de Porto Feliz
Águas de Carlinda	Águas de Primavera
Águas de Casa Branca	Águas de Rolim de Moura Saneamento
Águas de Castilho	Águas De Ruropolis Captacao Tratamento e Distribuicao De Agua
Águas de Cláudia	Águas de Santa Carmem
Águas de Condessa	Águas de São Francisco
Águas de Confresa	Concessionária de Saneamento
Águas de Diamantino	Águas de São Francisco do Sul
Águas de Estiva Gerbi	Águas de São José do Rio Claro
Águas de Guarantã	Águas de São Sebastião da Gramma
Águas de Holambra Saneamento	Águas de Sinop
Águas de Jahú	Águas de Sorriso
Águas de Jangada	Águas de Teresina Saneamento
Águas de Jauru Abastecimento e Distribuição	Águas de Timon Saneamento
Águas de Jurnaíba	Águas de Tuiuti
Águas de Manaus	Águas de União do Sul
Águas de Mandaguahy	Águas de Vera

Águas de Votorantim
 Águas do Imperador
 Águas do Mirante
 Águas do Paraíba
 Águas Guariroba
 Águas Piquete
 Águas Pontes e Lacerda
 Águas Spat Saneamento
 Allonda Ambiental
 Ambiental Cariacica
 Ambiental Metrosul
 Ambiental MS Pantanal
 Ambiental Saneamento e Participações
 Ambiental Serra Concessionária de Saneamento
 Ambiental Vila Velha Concessionária de Saneamento
 Ambient-Serviços Ambientais de Ribeirão Preto
 Araucária Saneamento
 Atibaia Saneamento
 Aviva Ambiental
 BRK Ambiental Blumenau
 BRK Ambiental Goiás
 BRK Ambiental Jaguaribe
 BRK Ambiental Limeira
 BRK Ambiental Macaé
 BRK Ambiental Araguaia Saneamento
 BRK Ambiental Atlântico
 BRK Ambiental Caçador
 BRK Ambiental Cachoeiro de Itapemirim
 BRK Ambiental Capivari
 BRK Ambiental Manso
 BRK Ambiental Maranhão - Paço do Lumiar
 BRK Ambiental Maranhão - São José do Ribamar
 BRK Ambiental Mauá
 BRK Ambiental Participações
 BRK Ambiental Porto Ferreira
 BRK Ambiental Região Metropolitana de Recife/Goiana
 BRK Ambiental Rio Claro
 BRK Ambiental Rio das Ostras
 BRK Ambiental Santa Gertrudes
 BRK Ambiental Sumaré
 BRK Ambiental Uruguaiana
 CAEPA- Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna
 COMASA - Companhia Águas de

Santa Rita
 Consorcio Cembra Gerconsult
 Cristalina Saneamento
 CSJ - Companhia de Saneamento de Jundiá
 Empresa de Saneamento de Palestina
 ESAP
 Enops Engenharia
 EPPS - Empresa de Participações em Projetos de Saneamento
 General Water
 GS Inima Brasil
 GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento
 Guaratinguetá Saneamento
 Hydrosistem Engenharia
 Iguá Saneamento
 Itapoá Saneamento
 Jacundá Ambiental
 Orbis Ambiental
 Paranaguá Saneamento
 Perenge Engenharia e Concessões
 Prolagos - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto
 SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil
 Samar Soluções Ambientais de Araçatuba
 Sanama Saneamento Alto Maceió
 Saneaqua Mairinque
 Saneatins - Companhia de Saneamento do Tocantins - TO
 SANEL - Saneamento de Luiz Antônio
 Saneouro - Concessionária de Tratamento de Água e Esgoto
 Sanessol - Saneamento de Mirassol
 Sanevap - Saneamento do Vale do Paraíba
 São Gabriel Saneamento
 Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim
 Tera Ambiental
 Terracom Concessões e Participações
 Tigre Soluções Ambientais, Indústria, Comércio e Manutenção de Equipamentos
 Tubarão Saneamento
 Veolia Serviços Ambientais
 Y Soluções Integradas de Saneamento
 Zona Oeste Mais Saneamento

Perspectivas para 2022

O ano começa com a certeza de que o saneamento foi definitivamente alçado à posição de prioridade nacional.

A partir do novo marco legal, a Lei 14.026/20, que já completa um ano e meio de vigência, abriu-se um leque ainda maior para a expansão das atividades das operadoras privadas no setor.

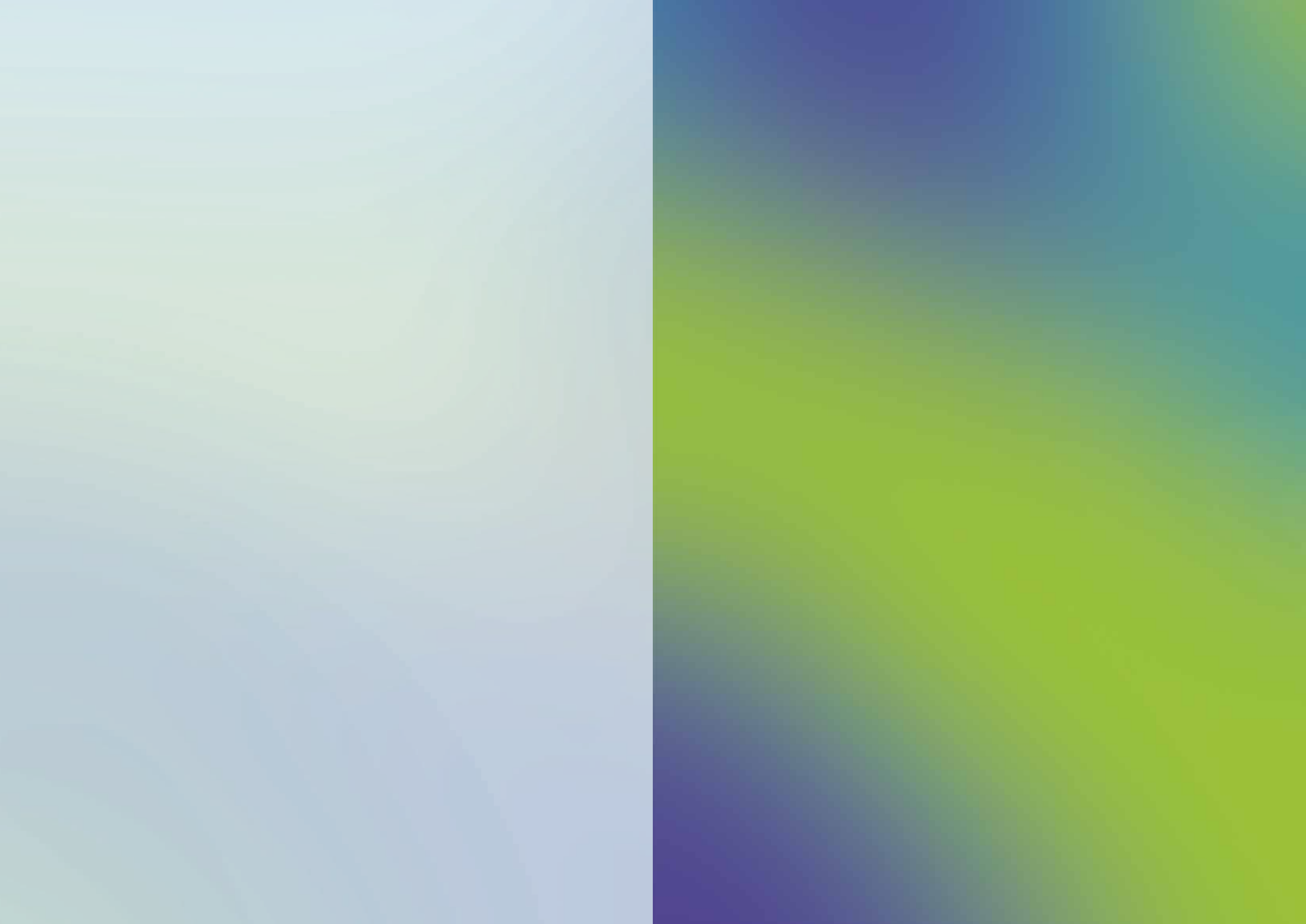
Isso faz com que possamos vislumbrar uma contribuição cada vez mais expressiva de nosso segmento nos próximos anos, a fim de termos cidades saneadas e mananciais preservados, em benefício de toda a população.

Existem desafios a serem superados, inclusive a própria consolidação do marco legal, que ainda encontra resistência entre lideranças ligadas à gestão pública (companhias estaduais e municipais).

Este ano será particular frente ao processo eleitoral na União e nos estados. Manter o saneamento como prioridade na agenda política e no debate eleitoral será um desafio presente nas ações da ABCON SINDCON. A manutenção do apoio e engajamento dos associados e nossa coesão serão fatores estratégicos para superar esse desafio.

A associação continuará em sua missão de superar esses obstáculos e ampliar o mercado para que as concessões privadas sejam vetores de desenvolvimento e saúde no Brasil.

O trem do saneamento partiu e 2022 promete ser uma jornada de grandes conquistas para o setor.



 abcon sindcon